

Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



NOTA TÉCNICA: ÁGUA, SANEAMENTO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NA SB64


A Mandí é uma organização amazônica que, há 10 anos, atua para aumentar o compromisso dos municípios da Amazônia Legal na integração do saneamento enquanto estratégia de adaptação e mitigação climática, de forma a reduzir as desigualdades sociais de maneira interseccional. Fazemos isso buscando influenciar políticas nacionais e internacionais que tratam de saneamento, cidades e clima, como Plano Nacional de Saneamento Básico, a Política de Desenvolvimento Urbano, Plano Clima e, no cenário global, as agendas de negociações de adaptação climática e a Agenda de Ação das Conferências Climáticas.

Nosso objetivo é que as agendas de água e clima sejam trabalhadas de forma conjunta e que o saneamento seja reconhecido como eixo estruturante central e transversal para a adaptação climática e para a construção de cidades resilientes. Nossa agenda específica parte das águas amazônicas e busca integrar saneamento básico, direito à água e clima, sempre a partir da lente da justiça socioambiental, garantindo a participação de comunidades vulnerabilizadas, mulheres, pessoas negras e populações urbanas periféricas.

Trabalhamos para fortalecer políticas públicas que promovam infraestrutura verde, soluções baseadas na natureza e nos territórios, educação socioambiental e mobilização social, ao mesmo tempo em que incidimos em espaços globais para levar a perspectiva amazônica e latino-americana às negociações climáticas.

Rede Cidades Resilientes

A Rede Cidades Resilientes é uma iniciativa da Mandí que surgiu em 2025 com o objetivo de fortalecer a incidência política e participação social de organizações da sociedade civil em torno da agenda climática e da água, com foco em justiça climática e direito à água e saneamento. Seu início foi marcado pela mobilização de 59 organizações e movimentos na elaboração da Carta “Brasil na liderança da água: Saneamento e adaptação na Rota da COP30” que apresentou propostas e direcionamentos à presidência da COP30 para a implementação de ações relativas à Declaração da Água de Baku. A mobilização coletiva resultou no reconhecimento formal da importância da iniciativa pelo Ministério do Meio Ambiente e Clima e em uma rede de organizações multiplicadoras das agendas de água, saneamento e clima.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



SB64: Panorama geral do Global Goal on Adaptation (GGA)


A SB64 é a 64ª sessão dos órgãos subsidiários da ONU para Mudança do Clima (UNFCCC), acontecendo todo ano em Bonn, na Alemanha, e é momento que antecede a próxima conferência climática, COP31, que acontecerá esse ano na Turquia, em Antalya. As SBs são caracterizadas por serem espaços extremamente técnicos e burocráticos, divididos entre os trabalhos do SBSTA (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico) e do SBI (Órgão Subsidiário de Implementação). Durante as SBs, a diplomacia das Partes (197 países + União Européia) é colocada à prova na construção de textos e trabalhos conjuntos que serão, em tese, entregues na conferência que vem depois, a COP.

As negociações em adaptação climática em Bonn no ano de 2026 tiveram como foco central o avanço do Global Goal on Adaptation (GGA), processo que avançou durante a COP30 com a definição dos 59 indicadores no Belém Adaptation Indicators (BAI), estabelecimento do plano de trabalho Visão Belém-Addis (BAV), a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e a articulação entre adaptação, financiamento climático e construção de capacidades.

A Mandí iniciou sua participação ainda na primeira semana, acompanhando o primeiro workshop do Baku Adaptation Roadmap (BAR), dando o pontapé às discussões de adaptação na SB64. O espaço reuniu as partes para dialogar sobre implementação dos indicadores do GGA e BAI, e, principalmente, sobre financiamento climático para esse processo, vinculando o BAV, elencando também como um dos processos chaves para implementação a construção de capacidades (Capacity Building, outro item de negociação).

Já nas salas de negociações, o processo foi marcado por divergências políticas dos países. Durante as duas semanas, foi possível acompanhar a evolução de quatro versões do texto de negociação sobre o GGA. O primeiro rascunho foi disponibilizado ainda durante a primeira semana da sessão, gerando uma percepção inicial positiva entre as delegações e observadores de que o processo poderia avançar com relativa rapidez e que todos estavam dispostos. No entanto, à medida que as discussões se aprofundaram, as divergências políticas ficaram cada vez mais evidentes e as salas de negociação mais tensionadas.

As discordâncias, além de abordarem grandes temas, também se voltaram para expressões específicas, formulações e referências incluídas no texto, uma vez que cada termo pode representar diferentes interpretações sobre responsabilidades, compromissos e obrigações dos países no processo de implementação da adaptação.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



E seguimos no mesmo caminho: os países em desenvolvimento, como os que compõem o Grupo Africano, Grupo SUR (Argentina, Uruguai, Paraguai, Equador e Brasil - apesar de não ter sido observado trabalho e posicionamento junto aos outros), LDC (*Least Developed Countries* ou Países Menos Desenvolvidos), e outros, defenderam de forma consistente que a implementação dos indicadores de adaptação depende do acesso a recursos financeiros, apoio técnico e fortalecimento de capacidades, argumentando que não é possível monitorar ou implementar adaptação sem meios adequados de execução. Por outro lado, diversos países desenvolvidos, especialmente União Europeia, Japão, Canadá, Dinamarca, Grupo Árabe resistiram à inclusão de referências que pudessem ser interpretadas como novas obrigações financeiras ou compromissos vinculantes. Essa divergência ficou bem evidente nas discussões relacionadas à meta de triplicar o financiamento para adaptação, gerando impasses que atravessaram diferentes partes da negociação e dificultaram a construção de consensos.

Outro debate relevante esteve relacionado à governança do processo de implementação dos indicadores. Alguns países, incluindo Japão, Canadá e membros do Grupo Árabe, defenderam abordagens mais técnicas e centradas nos governos/partes, reduzindo referências à participação social, ao engajamento comunitário e ao papel da sociedade civil.

Para Mandí e observadores, se tornou um ponto de atenção que não pode ser deixado de lado, especialmente nesse momento. Esse posicionamento gera uma preocupação pois enfatiza que existe o risco de enfraquecimento de avanços conquistados nos últimos anos em relação à participação social nos processos de adaptação climática, pois, na medida em que a agenda de adaptação avança da negociação para a implementação, torna-se cada vez mais importante garantir mecanismos efetivos de participação de comunidades tradicionais, rurais e urbano periféricas, organizações locais, povos indígenas, mulheres, juventudes e demais grupos diretamente afetados pelos impactos climáticos na sua implementação.

A implementação dos indicadores exigirá dados territorializados, monitoramento e compreensão das realidades locais, como apresentado no [Policy Brief](#) construído na Rede Cidades Resilientes e entregue à diplomatas negociadores do grupo SUR e do Brasil, sendo elementos que dificilmente poderão ser construídos sem a participação ativa desses grupos.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



Outro ponto central das negociações foi o debate sobre o BAV, processo que deverá orientar o período de teste e operacionalização dos futuros indicadores (BAI). As discussões envolveram, entre outros aspectos, a composição da força-tarefa ou *Task Force* responsável por conduzir esse processo. Ainda não há consenso sobre quem deverá integrar esse grupo, permanecendo em aberto questões relacionadas à participação de especialistas independentes, representantes governamentais, instituições técnicas e atores não estatais. Para Mandí também trata-se de uma discussão estratégica, pois a composição desse grupo poderá influenciar diretamente a forma como os indicadores serão testados, interpretados e implementados nos próximos anos.

Enquanto organização credenciada como observadora pelo sistema da UNFCCC desde o ano passado, para Mandí, assim como outras organizações da sociedade civil, é uma abertura importante para construir evidências territoriais comprovando a efetividade dos indicadores e apresentar às Partes como insumos. No entanto, o processo está se inclinando para não participação social.

O Brasil vem desempenhando um papel de articulação e tentativa de equilíbrio entre diferentes posições. Com uma nova equipe à frente da diplomacia da adaptação, a delegação brasileira tem buscado construir pontes entre as demandas dos países em desenvolvimento e as preocupações apresentadas pelos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo em que reconhece a importância do financiamento, da participação social e da justiça climática, o Brasil também tem mencionado a necessidade de construir capacidades técnicas e institucionais que permitam a implementação efetiva dos indicadores.

As negociações encerraram de forma muito tensa e sem consenso sobre diversos pontos centrais, evidenciando que o debate sobre adaptação climática está entrando em uma nova fase. O quarto texto não foi aceito e, depois de longas horas e sessões e os países solicitando uma nova versão, a decisão passou para os chefes de delegação ou HODs (*Heads of Delegation*), que são os representantes máximos de cada país ou organização na negociação. Na prática, significa que não teve resultado, é vista como “fracasso” por muitos especialistas, e será revista durante a COP31.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente




Integração com NAPs e com agenda de ação

Para além do desafio e necessidade de aprofundamento nos próprios indicadores, é perceptível o caminho longo que será a construção dos mecanismos institucionais, financeiros e participativos necessários para sua implementação. Na sessão “Orchestrating Adaptation: Strengthening the Global Ecosystem for NAP Implementation”, realizada em 11 de junho, realizada pela Presidência da COP30, com participação de algumas partes, a principal mensagem foi a necessidade de evitar a duplicação de esforços entre iniciativas já existentes e fortalecer mecanismos que permitam transformar planejamento em implementação efetiva, como os próprios Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) que são instrumentos fundamentais para operacionalizar os indicadores de adaptação, contribuindo com metodologias e caminhos concretos para sua aplicação.

Para a Mandí, esse debate é extremamente relevante e fundamental, pois evidencia a necessidade de que temas como água, saneamento e gestão de riscos climáticos sejam incorporados de forma mais estruturada aos NAPs, garantindo que a adaptação responda às realidades dos territórios e contribua efetivamente para o aumento da resiliência das populações mais vulneráveis. A NDC atualizada do Brasil, submetida à UNFCCC em fevereiro deste ano, avançou ao fazer menções específicas sobre saneamento básico e água.

Já na Agenda de Ação, a Mandí entrou no terceiro ano acompanhando o processo de construção e implementação da plataforma Baku Dialogue on Water and Climate Action, lançada em 2024, na COP28 em Baku, no Azerbaijão, contendo a assinatura inicial de 69 países membros, sendo 3 destes da Amazônia: Brasil, Peru e Colômbia. A declaração conta com 11 ações que objetivam fortalecer a liderança e a cooperação global para posicionar a agenda da água como central na temática de adaptação.

O documento de declaração reconhece que a pauta da água está no centro do debate climático e também destaca a conexão das agendas da água, energia, sistemas alimentares e ecossistemas para a mitigação e adaptação climática, sinalizando que a agenda da água é multissetorial e transversal em sua natureza, e que, sem abordar a segurança hídrica em todos os setores relevantes, não teremos justiça climática. Por isso, para Mandí, segue sendo um espaço estratégico e de oportunidade para conectar as decisões e negociações à implementação nos países, especialmente no Brasil, para que, no nível doméstico, os avanços sejam refletidos também em acesso à água e saneamento.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente




No entanto, na 2ª Reunião Interina realizada na SB64 no dia 16 de junho, foi observada uma redução significativa da presença de negociadores/representantes das partes signatárias nas sessões, indicando um momento de menor mobilização política nas agendas. Em comparação, ano passado, na SB62 e COP30, foi possível observar alguns negociadores dos itens de adaptação contribuindo no diálogo do espaço.

As intervenções ressaltaram a importância e necessidade dos países engajarem as ações da declaração em suas NDCs e NAPs, mas foi notável a falta de articulação e menção mais direcionada ao GGA e os 9 indicadores de água elencados no BAI. Para Mandí, esses indicadores são agora uma chave direta para essa integração acontecer nas agendas.

Entre os debates acompanhados, destaca-se a participação da Presidência da COP31, Turquia, apresentando a iniciativa Zero Waste com integração de componentes relacionados à água, abrindo uma possibilidade de olhar para as perdas d'água e poluição dos recursos hídricos. O representante brasileiro da Presidência da COP30 ressaltou iniciativas presentes na Agenda de Ação da COP30, citando o Mutirão, a incorporação do tema água na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e mencionou a importância da inclusão social em todo esse processo. No entanto, chamou atenção a ausência de referências explícitas ao saneamento em sua fala, apesar da sua relevância para adaptação climática.

A Conferência da Água de 2026, que vai acontecer em dezembro nos Emirados Árabes Unidos, foi apresentada como uma oportunidade fundamental para fortalecer essa integração, além de ser pontuada como o elemento de conexão entre as três Convenções do Rio, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), e como eixo estratégico para alinhar Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), estratégias de biodiversidade e metas de restauração de ecossistemas.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



Implicações no saneamento e próximos passos

O debate do GGA e da Baku Declaration on Water pode parecer distante dos territórios, mas, na prática, pode ajudar a redefinir o lugar da água e do saneamento na agenda de desenvolvimento. Quando posicionado como eixo estruturante para adaptação climática, os processos internacionais fortalecem, nos países implementadores, a ideia de que abastecimento, esgotamento sanitário, drenagem, manejo de resíduos sólidos e proteção de bacias hidrográficas não são apenas serviços urbanos: são infraestruturas estratégicas para enfrentar a crise climática e elas vão adaptar as cidades também.

Por exemplo, no Brasil, seguimos aguardando a versão revisada do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o qual participamos de audiência e consulta pública com propostas de integração das agendas, e a publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), documento que inserimos e aprovamos quatro propostas de texto, pois políticas como esta são uma das principais portas de entrada para traduzir compromissos globais em diretrizes nacionais.

A incorporação de temas como resiliência, segurança hídrica, justiça social e climática, construção de capacidades e, até mesmo, adaptação climática e redução de vulnerabilidades, pode abrir novas oportunidades de financiamento e planejamento e isso implica diretamente na qualidade do serviço e no acesso da população à esses direitos: à água e saneamento básico.

No entanto, ainda se questiona: quem define as prioridades da adaptação e para quem os recursos serão direcionados? Essa discussão acontece em paralelo à implementação do Marco Legal do Saneamento e ao avanço dos processos de privatização e concessão dos serviços de saneamento nas cidades brasileiras. O argumento da necessidade de ampliar investimentos para enfrentar os impactos climáticos tem sido utilizado para justificar uma maior participação do setor privado. Ao mesmo tempo, diversas pesquisas e dados territoriais alertam que os territórios mais vulnerabilizados, municípios pequenos, periferias, baixadas, comunidades rurais e tradicionais, nem sempre coincidem com os espaços de maior atratividade econômica.



Cidades Resilientes é com Saneamento Presente



Por isso, é fundamental que os modelos de gestão do saneamento, sejam mistos, públicos ou privados, estejam alinhados às agendas globais de adaptação climática e ao posicionamento brasileiro, para fortalecer, questionar e implementar os compromissos assumidos. O financiamento climático para adaptação também precisa chegar na ponta do saneamento básico no Brasil e os critérios para acesso aos recursos e as escolhas feitas pelos governos eleitos nos próximos ciclos terão impacto direto sobre quais territórios serão priorizados, quais soluções serão financiadas e como se dará a garantia do direito humano à água e ao saneamento em um contexto de crescente crise climática.

O financiamento climático para adaptação não pode chegar em um país como o Brasil somente como uma agenda de infraestrutura, importação de modelos verdes e Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) de outros países, sem considerar a realidade e especificidades locais, e como oportunidade de investimento. É preciso fortalecer o papel do saneamento, das instituições, dos operadores e profissionais, dos governos locais e, principalmente, das pessoas para definir o futuro da adaptação climática no Brasil nos próximos anos.

Além disso, a Mandí reforça o posicionamento mediante o avanço das concessões e da participação privada no setor no Brasil: é inegociável que os investimentos estejam condicionados a princípios de justiça social, climática e hídrica, universalização do acesso, resiliência climática e fortalecimento das capacidades locais. Sem esses parâmetros, há o risco de que a adaptação seja tratada apenas como uma agenda de infraestrutura e atração de capital, replicando modelos convencionais, não resilientes e descolados da realidade das pessoas e territórios.

Por isso, reforçamos a importância de ocupar espaços como a próxima COP31 e a Conferência da Água 2026, onde estão sendo construídas as referências políticas e financeiras que influenciarão as decisões nacionais nas próximas décadas. São momentos decisivos para consolidar narrativas, prioridades de financiamento e mecanismos de implementação relacionados à adaptação climática.

Há uma janela de oportunidade para afirmar que não existe adaptação climática sem saneamento, nem segurança hídrica sem investimentos orientados pela redução das desigualdades territoriais, e a Mandí segue construindo estratégias a partir das águas amazônicas para incidir nesse debate.



@org.mandi
mandi.org.br
contato@mandi.org.br

